



CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO BOM
O Poder Legislativo é o suporte da democracia

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº .../2021

ALTERA O REGIMENTO INTERNO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM CONSTATANTE DA RESOLUÇÃO Nº 04/2015.

ALEXANDRE OLAVO HOFFMEISTER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Bom,

FAZ SABER, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Campo Bom, em seu art. 46, que a Câmara Municipal aprovou e o Presidente promulgada a seguinte RESOLUÇÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Art. 1º- A Resolução nº 04 de 01 de dezembro de 2015 que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Bom/RS, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único desta Resolução que dela fica fazendo parte integrante e inseparável.

Art. 2º- As alterações regimentais constantes do anexo único desta Resolução serão objeto de consolidação após a sua aprovação.

Art. 3º- Esta Resolução entra em vigor à partir do dia 01 de janeiro de 2022

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2021.

Ver. Alexandre Olavo Hoffmeister
PRESIDENTE



CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO BOM
O Poder Legislativo é o suporte da democracia

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N° QUE REVISA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO BOM/RS ALTERAÇÕES PRODUZIDAS NO REGIMENTO INTERNO

SUMÁRIO

...

TÍTULO IV - ...

CAPITULO VIII.A –DO LIDER DE GOVERNO E DE SUA COMUNICAÇÃO (AC)

TÍTULO VII - ...

CAPITULO V - DA OUVIDORIA PARLAMENTAR (NR)

CAPITULO VI - DA COMISSÃO DE ÉTICA E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (NR)

Art. 2º A Câmara tem função precipuamente legislativa, e exerce atribuições de fiscalização e controle dos atos do Executivo e, no que lhe compete, pratica atos de Administração Interna. **(NR)**

§ 2º

c) o julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens de valores públicos da Administração Direta e Indireta, incluídas às Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que deram causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízos ao Erário Público. **(NR)**

§ 3º A função de controle e de caráter político-administrativo se exerce sobre os atos do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Mesa do Legislativo e Vereadores. **(NR)**

§ 4º A função de controle político-administrativo se realiza mediante pronunciamentos na Tribuna da Câmara, requerimentos, pedidos de informações, pareceres das Comissões Especiais de Inquérito ou de investigações, moções de desagrado, de censura ou de repúdio, bem como sugestão de medidas administrativas, restritas à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento, estruturação e direção de seus auxiliares. **(NR)**

§ 7º A Câmara reunir-se-á ordinariamente todas as segundas-feiras, e na última quarta-feira do mês, com início às 18 horas. **(NR)**

Art. 3º A Câmara Municipal realizará as Sessões, em sua sede oficial.

§ 1º As Sessões da Câmara, poderão ser realizadas fora de sua sede oficial; quando solenes, comemorativas, ou por deliberação de Plenário, nestes casos, devendo ser notificadas às autoridades competentes e a população em geral, através de edital afixado no átrio da Câmara Municipal. **(NR)**

Art. 9º São obrigações e deveres do Vereador:

I – Apresentar declaração de bens no ato da posse; (NR)

VII– licenciar-se quando vier a ocupar cargo em comissão junto ao Poder Executivo Municipal, ou quando não tiver condições de exercer o mandato, por questões de saúde ou de logística. **(NR)**

Art. 12. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Presidência nos seguintes casos:

I- para desempenhar cargos e funções diretivas, de chefia ou assessoramente junto ao Poder Executivo Municipal. **(NR)**

IV- para assuntos e motivos devidamente autorizados pelo Plenário da Câmara. **(NR)**

V- nas mesmas hipóteses e condições das licenças previstas no Regime Jurídico Único, aos servidores municipais **(AC)**

§ 4º O Suplente de Vereador que estiver ocupando cargo de chefia, direção ou assessoramento junto ao Poder Executivo Municipal, poderá declinar do convite para assumir a Câmara, sem perder o seu direito de assumir, a qualquer momento, observada a melhor classificação da suplência. **(NR)**

§ 9º O suplente de vereador, quando convocado para assumir, terá obrigação de assumir a vaga, exceto nas hipóteses do § 4º ou na impossibilidade de condições de saúde, devidamente comprovada, sob pena da perda de seu direito ao mandato, conforme disposto no art. 13. **(AC)**

Art. 13. ...

§ 1º Extinguir-se-á o mandato de Vereador e assim será declarada pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação ou por decisão judicial transitada em julgado que dispuser sobre perda de mandato. **(NR)**

§ 3º Considera-se também como fator de cassação do mandato de vereador: **(NR)**

I- o Suplente que, convocado não se apresentar para entrar no exercício no prazo de 48 horas após a convocação, exceto nas hipóteses previstas nos §§ 4º e 9º do art. 12 **(NR)**

II- o Vereador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar . **(NR)**

III - que deixar de comparecer às três Sessões consecutivas ou alternadas, salvo licença ou missão autorizada. . **(NR)**

Art. 18. Poderão os Vereadores interpelar a Mesa sobre os serviços administrativos, em proposição encaminhada à Mesa, que deliberará sobre o assunto. . **(NR)**

Art. 20. A Mesa, nas atividades de trabalho, compõe-se do Presidente, do vice-presidente, do 1º Secretário e segundo Secretário e tem competência para dirigir, executar e disciplinar todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara. . **(NR)**

§ 1º A Câmara elegerá os membros da Mesa, cabendo ao Vice- Presidente, e ao 2º Secretário, substituírem o presidente e o 1º secretário, respectivamente, nas hipótese de falta, impedimento ou ausência desses à sessão. **(NR)**

Art. 21. ...

V- pela morte de seus membros; **(NR)**

Art. 22. Os membros da Mesa podem ser afastados ou destituídos dos cargos por irregularidades, regimentalmente apuradas. **(NR)**

Art. 24. ...

§ 7º Na hipótese de não comparecimento do presidente eleito, será convocado o vice para assumir, ficando o presidente anterior, no cargo até o comparecimento do presidente ou vice para assumir o cargo. **(AC)**

Art. 26. ...

IV - propor alterações ao Regimento Interno da Câmara; . **(NR)**

V- encaminhar as contas anuais da Mesa, juntamente com as do Executivo, ao Tribunal competente ou órgão estadual incumbido de tal fim; . **(NR)**

VI- orientar os serviços da Secretaria da Câmara; . **(NR)**

VIII- propor ação de inconstitucionalidade de Lei ou ato municipal frente à Constituição Estadual, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou Comissão; . **(NR)**

XI- propor privativamente à Câmara Projetos de Lei dispendo sobre: . **(NR)**

c) criação, modificação ou extinção de cargos e funções; . **(NR)**

e) **(REVOGADO)**

f) aprovação de propostas orçamentárias da Câmara observado os limites incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias; . **(NR)**

g) aprovação do Orçamento da Câmara; . **(NR)**

h) tomada de conhecimento e emitir parecer sobre as proposições que visem modificar o Regimento Interno; . **(NR)**

i) decisão sobre recursos contra atos do Presidente. . **(NR)**

§ 1º As decisões e determinações da Mesa de caráter normativo ou com efeito externo serão formalizadas mediante Ato da Mesa, identificada pela sigla AM, seguida do número de ordem e do indicativo do ano, numerados para cada legislatura. **(NR)**

§ 2º Sempre que possível às reuniões da Mesa serão acompanhadas por servidores como auxiliares diretos, para fornecer dados relativos à Administração da Casa e tomar as providências para a execução do que for decidido, menos na parte que a reunião é exclusiva para os Vereadores. . **(NR)**

Art. 27. Os membros da Mesa reunir-se-ão, mensalmente, a fim de deliberar sobre todos os assuntos da Câmara sujeitos ao seu exame, ou quando convocados pelo Presidente. . **(NR)**

Parágrafo único. (REVOGADO)

Art. 28. ...

I - ...:

h) declarar a perda de lugar de membro das Comissões quando este não comparecer a 03 (três) reuniões das comissões, consecutivas ou não, salvo licenças legalmente concedidas, sem prejuízo à incursão das demais sanções previstas no Regimento Interno;

II - ...

k) andar consignar em ata a decisão do Plenário;

IV - ...

- b) superintender e censurar a publicação dos trabalhos da Câmara, não permitindo expressões vedadas pelo Regimento Interno; . **(NR)**
- f) encaminhar ao Prefeito os pedidos de convocação de Secretários Municipais ou Dirigentes de Unidades Administrativas da administração direta e/ou indireta do Município para prestarem informações; . **(NR)**

Art. 37. ...

- I - fazer a chamada dos Vereadores, ao abrir-se a Sessão, confrontá-la com o registro de presença, anotando os que compareceram e os que faltaram, e outras ocorrências relevantes ocorridas as sessões. **(NR)**

IV - (REVOGADO)

V- redigir a ata, resumindo os trabalhos da Sessão, e assiná-la juntamente com o Presidente; **(NR)**

VII- (REVOGADO)

Art. 38. Compete ao 2º Secretário: auxiliar e substituir o 1º Secretário nas licenças, impedimentos e ausências. **(NR)**

Art. 39. ...

§ 2º ...

- d) Processantes. **(NR)**

Art. 40. ...

§ 1º ...

III - Ética (AC)

Art. 41. ...

§ 3º O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de 01 (uma) Comissão Permanente. **(NR)**

§ 5º Na hipótese de não haver candidatos suficientes, caberá ao Presidente a indicação, não cabendo ao vereador renunciar, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo presidente. **(AC)**

Art. 42. As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger o Presidente, o Secretário e o Relator. **(NR)**

§ 1º O Presidente da Comissão será substituído pelo Secretário e este Relator. **(NR)**

§ 2º Os membros das Comissões serão destituídos, se não comparecerem a 03 (três) reuniões consecutivas, ou não, sem prejuízo da aplicação da pena prevista no inciso IV do art. 194. **(NR)**

Art. 44. ...

IV- receber a matéria destinada à Comissão;

§ 1º O Presidente somente poderá ser Relator nas matérias em que o relator da comissão for o autor da proposição em análise na comissão, e terá sempre direito a voto. **(NR)**

Art. 45. ...

e) (REVOGADO)

- h) nas hipóteses em que o Plenário da Câmara assim o deliberar. **(AC)**

§ 2º É obrigatória audiência da Comissão de Justiça, Redação e Serviços

Municipais, nas hipóteses previstas no recesso os que tramitam em regime de urgência. **(NR)**

§ 3º Tratando-se de inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade parcial ou de uma composição ou de erro gramatical ou de técnica legislativa, a Comissão corrigirá o vício através de emenda na primeira hipótese e de correção de erro material na segunda. **(NR)**

§ 4º Compete-lhe, ainda, elaborar a redação final dos projetos aprovados.

Art. 46. ...

IV - os balancetes e balanços do Executivo e Legislativo Municipal, para acompanhar o andamento das despesas públicas; **(NR)**

Art. 47. ...

Parágrafo único. (REVOGADO)

§ 1º. Tratando-se de projeto de iniciativa do Prefeito para o qual tenha sido solicitada urgência, ou que decorra de convocação de Sessão Extraordinária, fica dispensado o Parecer previo. **(AC)**

§ 2º. Se houver a necessidade ou conveniência de parecer de Comissão Permanente, de acordo com a matéria, essa poderá ser convocada pelo presidente da Câmara durante a sessão ordinária ou extraordinária, mediante suspensão de até 30 minutos para manifestação da(s) Comissão(ões) pertinente(s), mediante aprovação do plenário. **(AC)**

Art. 48. ...

§ 1º (REVOGADO)

§ 5º Para a Redação Final, o prazo da Comissão de Justiça e Redação, será de cinco dias, exceto quando o projeto de lei houver tramitado em regime de urgência ou votado em sessão extraordinária, quando o prazo será reduzido para dois dias da data da aprovação. **(NR)**

§ 6º Quando se tratar de projeto de iniciativa do Prefeito, em que tenha sido solicitado caráter de urgência, o Plenário deliberará acerca do mesmo, na Sessão que for distribuído, caso aprovado a urgência. **(NR)**

§ 7º.(REVOGADO)

Art. 49. O parecer das Comissões a que for submetida à proposição concluirá, sugerindo a sua adoção ou a sua rejeição, as emendas ou substitutivos que julgar necessário. **(NR)**

Art. 50. O parecer das Comissões deverá, obrigatoriamente, ser assinado por todos os membros ou, ao menos, pela maioria, devendo o voto vencido ser apresentado em separado, indicando a restrição feita, não podendo os membros da Comissão, sob pena de responsabilidade, deixar de subscrever os pareceres. **(NR)**

Art. 52. ...

§ 1º Sempre que a Comissão solicitar informações ao Prefeito, fica suspenso o prazo para elaboração do parecer até o máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual, a Comissão apresenta seu parecer. **(NR)**

§ 2º O prazo não será suspenso quando se tratar de projeto de iniciativa do Prefeito, em que foi solicitada urgência. Neste caso, a Comissão que solicitou as informações poderá apresentar seu parecer até 48 (quarenta e oito) horas após as respostas do Executivo, desde que o processo ainda se encontre em tramitação. **(NR)**

Art. 53. As Comissões Especiais serão constituídas a requerimento escrito e apresentado por qualquer Vereador durante o expediente, desde que aprovado pelo Plenário e terão suas finalidades especificadas no requerimento que as constituírem, cessando suas funções quando finalizadas as deliberações sobre o objeto proposto. **(NR)**

§ 3º As Comissões Especiais, tem prazo até a data da última sessão do ano em que esta for constituída para a apresentação do relatório sobre o trabalho que lhe foi proposto, salvo prazo específico aprovado por ocasião de sua constituição. **(NR)**

§ 4º (REVOGADO)

Art. 54. ...

§ 5º No exercício de suas atribuições as Comissões de Inquérito, deverão ouvir os acusados e poderão determinar diligências, inquirir testemunhas, requisitar informações, requerer a convocação de servidores municipais, e praticar os atos indispensáveis para o esclarecimento dos fatos. **(NR)**

§ 7º Membros da Comissão de Inquérito ou servidores da Câmara Municipal poderão ser designados para realizar sindicâncias ou diligências. **(NR)**

§ 9º O relatório da Comissão de Inquérito, será lido e votado pelo Plenário da Câmara. **(NR)**

§ 11. Na hipótese de conclusão da prática de delito penal ou de ato de improbidade administrativa, será o relatório, acompanhado das cópias que integram o inquérito, juntamente com a decisão do Plenário, encaminhados ao Ministério Público para as providências legais. **(NR)**

Art. 59. ...

VIII- aprovar as leis municipais; **(NR)**

XI- autorizar a concessão das permissões de transporte individual, coletivo, e escolar. **(NR)**

§ 2º ...

III- organizar sua estrutura administrativa, dispor sobre os seus serviços; **(NR)**

IV- autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) e do País, por qualquer tempo; **(NR)**

I - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de suas renúncias ou afastá-los definitivamente do cargo; **(NR)**

VII- Conceder licenças especiais, não previstas neste Regimento Interno, ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, para afastamento do cargo. **(NR)**

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito; **(NR)**

X - apreciar os relatórios anuais do Prefeito sobre a execução orçamentária, operação de crédito, dívida pública, aplicação relativa ao planejamento urbano, concessão ou permissão de serviços públicos de convênios, situação dos bens móveis do Município, número de servidores públicos e ao preenchimento de cargos, empregos e funções; **(NR)**

XVI- conceder Menção Honrosa a cidadão de reconhecida contribuição de interesse municipal, assim reconhecida pela Câmara Municipal; **(NR)**

Art. 61. ...

XIII – (REVOGADO)

Parágrafo único. Apenas as Indicações e requerimentos verbais previstos nos arts. 81 e 85 independem de deliberação do Plenário. **(NR)**

Art. 64. Os processos serão organizados pela Secretaria da Câmara. **(NR)**

Art. 66. ...

§ 1º Se a matéria ainda não recebeu parecer ou recebeu parecer contrário de Comissão, e não tenha sido submetida à votação do Plenário, compete ao Presidente deferir o pedido de retirada. **(NR)**

Art. 67. Ao final de cada legislatura a Mesa fará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura que não tenham sido submetidas à deliberação do Plenário, sendo facultado os seus autores a renovação das mesmas, que serão apreciados na Sessão Ordinária subsequente. **(NR)**

Art. 68. A matéria constante de Projeto, rejeitado ou não sancionado, só poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Vereadores. **(NR)**

Art. 69. ...

§ 1º ..

VII - perda de mandato de Vereador; **(NR)**

VIII – conclusões das Comissões Permanentes sobre proposta de fiscalização; **(NR)**

IX- conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito; **(NR)**

X- conclusões sobre as petições, representações ou reclamações da sociedade civil. **(NR)**

Art. 70. ...

§ 1º São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre: **(NR)**

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, exceto da Câmara de Vereadores; **(NR)**

b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração direta e indireta do Município; **(NR)**

c) servidores públicos do Executivo Municipal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; **(NR)**

d) criação e extinção de Secretarias Municipais, e órgãos da administração pública, observado o disposto na Lei Orgânica; **(NR)**

Art. 71. Será admitido caráter de urgência em projeto de lei, que versarem sobre aumento de vencimentos dos servidores municipais, segurança pública, saúde, educação e nos que possuem nitidamente interesse público. **(NR)**

Art. 73. Lidos os projetos pelo Secretário no Expediente da Sessão serão encaminhados às Comissões, que por sua natureza, devam opinar sobre o assunto, exceto os projetos em tramitação de urgência e/ou constantes de convocação de sessão extraordinária. **(NR)**

Art. 79. Os projetos de Códigos, Consolidações e Estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Justiça, Redação e Serviços Municipais. **(NR)**

§ 4º- As emendas devem restringir-se às finalidades previstas nos arts. 76 e

77, sem alterar o mérito das legislações vigentes. **(AC)**

Art. 80. (REVOGADO)

Art. 81. ...

§ 1º. As indicações serão apresentadas no expediente e encaminhadas a quem de direito, independentemente de parecer ou deliberadas pelo Plenário. **(NR)**

§ 3º. Se o Presidente entender que a Indicação não deva ser encaminhada a quem o proponente a destinou, dará conhecimento da decisão ao autor dessa e enviará a Proposição ao exame da Comissão Permanente de Comissão de Constituição e Justiça, incluindo a matéria para discussão e votação na sessão seguinte. **(NR)**

Art. 84. ...

Parágrafo único. Os requerimentos podem ser apresentados na formaverbal ou escrita: **(NR)**

I - os requerimentos verbais são dirigidos ao Presidente a quem compete à decisão, exceto os requerimentos previstos no art. 87; **(NR)**

Art. 86. ...

Parágrafo único. Havendo requerimento já em tramitação, ou apreciado anteriormente sobre a mesma matéria, será o mesmo julgado prejudicado pelo Presidente. **(NR)**

Art. 88. ...

VI – pedido de informações destinadas ao Prefeito; **(NR)**

Art. 90. Os requerimentos ou petições de interessados não Vereadores, desde que não se refiram os assuntos estranhos às atribuições da Câmara e que estejam redigidos em termos adequados, serão lidos no Expediente e decididos pelo Presidente ou encaminhados pelo Presidente às Comissões, para parecer. **(NR)**

Art. 92. ...

Parágrafo único. Não é permitido ao Vereador apresentar substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo dispositivo de projeto de Lei ou de Resolução. **(NR)**

Art. 95. A Emenda apresentada à outra Emenda denomina-se Substitutivo e obedecerá as normas aplicáveis às Emendas. **(NR)**

Art. 96. Não serão aceitos Substitutivos, Emendas que não tenham relação direta ou indiretamente com a matéria da proposição principal. **(NR)**

§ 1º O autor do Projeto que receber Substitutivo ou Emenda estranha ao seu objeto, terá o direito de reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente da comissão onde tramitar a Emenda, ou ao Presidente da Câmara, quando o Projeto tramitar sem apreciação das comissões, decidir sobre a reclamação. **(NR)**

§ 2º Da decisão do Presidente da Comissão ou do Presidente da Câmara caberá recurso ao Plenário a ser proposto pelo autor do projeto ou do substitutivo ou emenda. **(NR)**

Art. 97. A Câmara Municipal instalar-se-á na data fixada na Constituição Federal, em Sessão Solene, que se realizará em horário a ser estabelecido pelo Presidente da Câmara, sob a Presidência do Vereador mais votado, entre os

presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos. **(NR)**

§ 1º Os Vereadores presentes, legalmente diplomados, serão empossados e prestarão o seguinte compromisso: **(NR)**

§ 2º O compromisso referido no § 1º será lido pelo Presidente dos trabalhos e repetirão os demais Vereadores. **(NR)**

§ 5º (REVOGADO)

§ 6º Na hipótese de impossibilidade da posse do prefeito, na sessão de instalação da nova legislatura prevista no caput, será empossado o vice-prefeito; e se esse também não poderá assumir, assumirá o cargo de prefeito, o Presidente da Câmara, até a data da inexistência do impedimento da posse desses. **(NR)**

Art. 98. ...

§ 2º Poderá se realizar Sessão Ordinária fora da sede da Câmara Municipal, mediante aprovação do Plenário, por motivos constantes da aprovação. **(NR)**

Art. 99. Entende-se como comparecimento do Vereador às Sessões, se efetivamente participou integralmente da ordem do dia. **(NR)**

§ 1º Considera-se não comparecimento, se o Vereador apenas assinou o livro de presença e ausentou-se sem participar Sessão integralmente da ordem do dia. **(NR)**

§ 2º O Vereador que não comparecer à Sessão ou assinar o livro de presença e ausentar-se, antes do encerramento da ordem do dia, perderá o subsídio proporcional **(NR)**

Art. 100. As Sessões Extraordinárias durante o período de funcionamento normal da Câmara, serão convocadas pelo Prefeito, pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, justificando o motivo. **(NR)**

§ 4º - Na impossibilidade de presença física do vereador à sessão extraordinária, devidamente justificada ao Presidente, poderá o mesmo participar da sessão por meio virtual, através de link de acesso a ser disponibilizado pela Direção da Câmara Municipal. **(NR)**

§ 5º Para a pauta da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária, deverão os assuntos ser predeterminados no ato da convocação, sendo vedado o exame de matéria estranha a da convocação. **(NR)**

§ 6º - A sessão extraordinária será reservada, exclusivamente, à apreciação do(s) projeto(s) de lei(s) constantes da convocação, na ordem do dia, sem expedientes. **(NR)**

Art. 101. ...

Parágrafo único. As Sessões Solenes ou Comemorativas poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara e não haverá expediente, sendo dispensada a leitura da ata não havendo tempo determinado para o encerramento. **(NR)**

Art. 103. ...

§ 2º O prazo máximo de pedido de prorrogação é de 1 (uma) hora, respeitado o limitado ao prazo estabelecido no caput. **(NR)**

Art. 106. ...

§ 1º A critério do Presidente, serão convocados os servidores da Câmara

e assessores terceirizados, necessários ao andamento dos trabalhos. **(NR)**

Art. 107. ...

§ 1º (REVOGADO)

§ 3º A ausência injustificada dos vereadores às Sessões Extraordinárias, solenes e comemorativas implicará no desconto de 50% de seus subsídios por cada ausência injustificada. **(NR)**

Art. 108. O Pequeno Expediente, sendo estes para a aprovação da Ata da Sessão anterior, à leitura resumida da matéria oriunda do Executivo ou de outras origens e a apresentação de proposições pelos Vereadores. **(NR)**

Art. 109. As proposições deverão ser encaminhadas à Secretaria da Câmara, até as 10.30h da sexta-feira anterior ao dia da Sessão, cabendo à Secretaria da Câmara lançá-las no sistema de acesso aos vereadores, para conhecimento e apreciação. **(NR)**

§ 1º Encerrada a leitura das proposições no Pequeno Expediente, nenhuma matéria poderá ser apresentada, ressalvando o caso de urgência, reconhecido pelo Plenário. **(NR)**

§ 2º Dos documentos apresentados no Pequeno Expediente serão dadas cópias, quando solicitadas aos interessados. **(NR)**

§ 3º Nas segundas-feiras até as 12,00h, a Secretaria da Câmara encaminhará aos Vereadores e respectivas Bancadas, cópia das proposições apresentadas e a pauta com a Ordem do Dia a ser apreciada na próxima Sessão. **(NR)**

Art. 110. As inscrições para o Grande Expediente serão feitas pelos vereadores em até 1 minuto após o presidente anunciar a abertura das inscrições para o Grande Expediente, exceto para o Presidente, que poderá ter sua inscrição assegurada a qualquer momento **(NR)**

Parágrafo único. A palavra será concedida aos Vereadores por sorteio, sendo esta cancelada quando o Orador estiver ausente do Plenário, bem como é vedada uma segunda inscrição para falar na mesma fase da Sessão. **(NR)**

Art. 111. Findo o Grande Expediente, por se ter esgotado o tempo ou por falta de oradores, tratar-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia. **(NR)**

Art. 114. (REVOGADO)

Art. 115. ...

VIII- (Revogado)

Art. 116. A discussão da matéria da Ordem do Dia só poderá ser interrompida ou alterada por motivo de urgência, preferência, adiamento ou vistas solicitadas por requerimento apresentado até o momento da votação, mediante aprovação do Plenário. **(NR)**

Art. 116.B. ...

Parágrafo Único - O assunto a ser abordado no espaço destinado à Comunicação de Líderes, ficar restrito à matéria de ordem político partidária, não podendo o líder usar este espaço como continuidade de assuntos já tratados no Grande Expediente e ou na ordem do dia. **(AC)**

CAPITULO VIII.A –DO LIDER DE GOVERNO E DE SUA COMUNICAÇÃO
(AC)

Art. 116.C. Compete ao Líder de Governo: **(AC)**

I - dispor da Comunicação de Líder, conforme prevê o parágrafo único do art. 47 deste Regimento Interno, apenas para a defesa de interesse do Governo; **(AC)**

II - manifestar-se nas Comissões para esclarecer matérias de iniciativa de Governo, quando solicitado ou por iniciativa própria; **(AC)**

III - fazer a interlocução com o Governo para esclarecimentos, atendimento de diligências e, se for o caso, modificação de matérias que estejam em tramitação na Câmara e que sejam de iniciativa do Prefeito; **(AC)**

IV - requerer o desarquivamento de matérias de iniciativa do Governo; **(AC)**

V - participar de reunião da Mesa Diretora, quando houver convocação. **(AC)**

Art. 116.D. Fica assegurada a palavra ao Líder de Governo, ao final do Grande Expediente, da Ordem do Dia e da Comunicação de Líderes, pelo prazo de até 5 minutos em cada um dos momentos, para abordar assunto tratado em cada uma dessas partes da Sessão. **(AC)**

Art. 116.E. O Líder de Governo será indicado pelo Prefeito para representá-lo na Câmara de Vereadores, não podendo a indicação recair sobre o seu Presidente. **(AC)**

Art. 117. ...

Parágrafo Único- Poderá o vereador a quem for concedida a palavra, permitir apartes pelo prazo máximo de um minuto cada, tempo esse que não será acrescentado ao seu prazo de 5 minutos. **(NR)**

Art. 122. ...

I - exceto o Presidente, deverão falar de pé, salvo quando, solicitar autorização para falar sentado; **(NR)**

IV - referir-se ao dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Senhor ou Senhora ou Vossa Excelência. **(NR)**

Art. 128. ...

I - 05 (cinco) 02 (dois) minutos para apresentar retificações ou impugnação da ata; **(NR)**

Art. 128.A. O uso da palavra poderá ser concedida à convidados e autoridades visitantes, à critério do Presidente, à qualquer momento da sessão, momento em que os trabalhos serão suspensos pelo prazo de até 15 minutos para recepção, e manifestação da autoridade ou convidado especial. **(AC)**

Parágrafo Único- Decorrido o prazo regimental, os trabalhos serão retomados à partir do momento de sua suspensão, podendo o convidado ou autoridade permanecer em local a ser designado pelo Presidente, ou afastar-se da sessão, querendo. **(AC)**

Art. 132. ...

§ 1º Nesta fase da discussão é permitida a apresentação de Substitutivos e Emendas. **(NR)**

§ 4º As Emendas e/ou substitutivos, se aprovados serão encaminhadas à Comissão de Justiça, Redação e Serviços Municipais, para a elaboração de novo texto.

Art. 133....

§ 1º O parecer da(s) Comissão(ões) poderá ser dispensado no caso de projeto de lei submetido à apreciação e votação em regime de urgência ou de votação em Sessão Extraordinária. **(NR)**

§ 2º A tramitação de Projeto de Lei em regime de urgência somente será deferida mediante aprovação do Plenário, acompanhado de necessária justificativa e proposto: **(NR)**

I - pela Mesa; (NR)

IV– pelo Poder Executivo. (AC)

Art. 136. O pedido de vista para estudo será requerido por qualquer Vereador, na ordem do dia, e deliberado pelo Plenário apenas como encaminhamento de votação, desde que a proposição não tenha sido declarada em regime de urgência. **(NR)**

§ 1º O prazo máximo de vista é de 08 (oito) dias, sendo o Projeto incluído na pauta da Sessão seguinte, independente de parecer. **(NR)**

§ 2º (REVOGADO)

Art. 137. ...

§ 1º (REVOGADO).

§ 2º (REVOGADO).

§ 3º (REVOGADO)

Art. 139. ...

d) eletrônico. (AC)

Art. 140. ...

§ 3º Os Vereadores que aprovarem a proposição permanecerão sentados e os que a rejeitarem levantar-se-ão. **(AC)**

Art. 142. O voto secreto será adotado nas seguintes hipóteses: **(NR)**

- a)** nos assunto que requeiram sigilo, assim compreendido mediante aprovação em Plenário; **(NR)**
- b)** nos assuntos considerados segredo de justiça, assim decididos pelo Poder Judiciário; **(NR)**
- c)** na eleição da Mesa Diretiva. **(NR)**

Art. 146. ..

Parágrafo Único- O texto final ficará à disposição dos vereadores por dois dias para verificação do texto **(NR)**

Art. 147. Os Projetos com o parecer da Comissão de Justiça, Redação e Serviços Municipais ficarão, na Secretaria da Câmara, para exame dos Vereadores, até o seu encaminhamento para a ordem do dia. **(NR)**

Art. 148. Assinalada a incoerência, omissão ou contradição da redação final, poderá qualquer vereador apresentar, na primeira Sessão seguinte, a divergência redacional para apreciação, correção ou confirmação do texto, pelo Plenário, vedada a alteração da substância do texto legal aprovado. **(NR)**

Parágrafo único. A contradição será votada na mesma Sessão e, se aprovada, será imediatamente retificada a redação final pela Mesa. **(NR)**

Art. 149. (REVOGADO)

Art. 152. ...

Parágrafo Único- A discussão se fará de forma generalizada e a votação poderá ser feita por partes, se decidida pelo Plenário. **(AC)**

Art. 157. Recebido do Prefeito o Projeto de Lei Orçamentária, dentro do prazo legal, o Presidente disponibilizará o referido Projeto de Lei, via sistema eletrônico da Câmara Municipal aos Vereadores, enviando-o à Comissão de Finanças, Orçamentos, Educação e Bem-Estar, para parecer. **(NR)**

Art. 163. Não serão objeto de deliberação, as Emendas e os Projetos de Lei do Orçamento que contrariem os limites da Constituição Federal e Estadual. **(NR)**

Art. 164. ...

Parágrafo único. (REVOGADO)

§ 1º- Enquanto o Projeto de Lei Orçamentária não for votado, após o dia 30 de dezembro, nenhum outro Projeto poderá ser votado antes desse. **(AC)**

§ 2º- Se houver veto total ou parcial, a discussão e a votação do veto obedecerão às normas previstas neste Regimento, devendo, entretanto, a matéria orçamentária ser votada em até 15 dias da data do protocolo do veto na Câmara municipal, sob pena de trancamento da pauta de votação para os demais projetos. **(AC)**

Art. 165. O controle financeiro externo será exercido pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas compreendendo o acompanhamento, a fiscalização, a execução orçamentária, e a apreciação e julgamento das contas do exercício financeiro apresentados pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara.**(NR)**

Art. 167. Recebidos os processos do Tribunal de Contas, a Mesa, independentemente da leitura do parecer em Plenário, disponibilizará os mesmos, via sistema eletrônico da Câmara Municipal aos Vereadores e os enviará à Comissão Orçamento, Finanças, Educação e Bem-Estar, com a devida ciência ao prefeito ou ex-prefeito para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 dias. **(NR)**

§ 1º Esgotado o prazo de 15 dias concedido ao prefeito ou ex-prefeito, a Comissão de Orçamento, Finanças, Educação e Bem-Estar, no prazo improrrogável de 12 dias, apreciará o parecer do Tribunal de Contas, e elaborará projeto de Decreto Legislativo, dispondo sobre sua aprovação ou rejeição, nos termos da Lei. **(NR)**

Art. 168. ...

Parágrafo único. As Sessões em que se discutam as contas terão o período do Grande Expediente reduzido para 30 minutos. **(NR)**

Art. 172. Rejeitadas as contas, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para os devidos fins. **(NR)**

Art. 175. Compete à Câmara solicitar ao Prefeito qualquer informação sobre assunto referente à Administração Municipal. **(NR)**

§ 1º O pedido de informações poderá ser proposto por qualquer Vereador e aprovado pelo Plenário. **(NR)**

Art. 176. Compete, ainda, à Câmara convocar mediante ofício os Secretários Municipais ou, dirigentes municipais para prestar informações sobre assunto de sua competência administrativa. **(NR)**

§ 2º O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação e as questões que serão propostas aos convocados. **(NR)**

CAPÍTULO V - DA OUVIDORIA PARLAMENTAR (NR)

Art. 183. (REVOGADO)

Art. 184. A Ouvidoria Parlamentar é o órgão da Câmara Municipal responsável por: **(NR)**

I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre: **(NR)**

a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; **(NR)**

b) ilegalidades ou abuso de poder; **(NR)**

c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa. **(NR)**

II - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados; **(NR)**

III - propor à Mesa Diretora, a partir de reclamações e representações que chegam na Câmara: **(NR)**

a) medidas necessárias à regularidade dos serviços internos; **(NR)**

b) indicar inovações e melhorias que possam agregar qualidade aos processos internos; **(NR)**

c) propor a abertura de sindicância ou de processo disciplinar administrativo destinado a apurar irregularidades funcionais ou operacionais; **(NR)**

IV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem de investigação; **(NR)**

V - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara Municipal sobre os assuntos institucionais de seu interesse dentro do prazo de trinta dias, a contar do seu recebimento, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período; **(NR)**

Art. 185. A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral, cargo que será ocupado pelo Vice-Presidente da Câmara. **(NR)**

§ 1º Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos. **(NR)**

§ 2º Demais instruções acerca do funcionamento da Ouvidoria Parlamentar poderão ser instituídas por resolução própria. **(NR)**

CAPÍTULO VI –DA COMISSÃO DE ÉTICA E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (NR)

Art. 187. A comissão de ética destina-se à observância dos princípios éticos e as regras básicas de decoro, que devem orientar a conduta dos que estão no exercício do cargo de Vereador. **(NR)**

Art. 194. ...

IV– Negar-se de participar das Comissões para as quais for designado ou faltar, imotivadamente à três sessões ordinárias ou reuniões da comissão que integra, consecutivas ou não. **(AC)**

Art. 195. ...

§ 2º Considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar, além de outros previstos na legislação federal: **(AC)**

I - o abuso das prerrogativas parlamentares ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador; **(AC)**

II - a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno; **(AC)**

III - a perturbação da ordem nas Sessões Plenárias, nas audiências públicas ou nas reuniões das Comissões; **(AC)**

IV – o uso, em discursos ou em votos, nas Comissões, de expressões ofensivas aos demais Vereadores ou a outra autoridade constituída; **(AC)**

V - o desrespeito ao Presidente e à Mesa Diretora e a prática de atos atentatórios à dignidade de seus membros; **(AC)**

VI - o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade da Câmara, na condição de Poder Legislativo do Município. **(AC)**

§ 3º A Mesa Diretora, de ofício, a requerimento de Vereador ou por representação de qualquer cidadão, ao tomar conhecimento de fato que possa configurar as hipóteses de procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, remeterá a questão para investigação e apreciação pela Comissão de Ética, observado o que dispõe o presente Regimento Interno. **(AC)**

COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO

Presidente: Professora Gênisfer Engers (PDT)

Vice Presidente: Professora Sandra Orth (PSDB)

Relator: Professor Jeferson Nunes (PDT)

Vice relator: Victor Souza (PC do B)

Membros: Alexandre Hoffmeister (PP), Jair Wingert (PP), Adilson Tareco (PDT),
Jerri Moraes (MDB), Milico (MDB), Celsinho (Republicanos) e Kayanne Braga (PTB).